

- LVII -

REDES POLÍTICAS E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DO RS

Maria de Fátima Cossio
UFPEL/Brasil
cossiofatima13@gmail.com

Introdução

Este estudo visa aprofundar a compreensão sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs), através da investigação sobre as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que atuam no setor público educacional no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

As PPPs são constituídas a partir do movimento de “modernização” do Estado, à luz da Nova Gestão Pública - NGP, no sentido de atingir mais eficiência, eficácia e transparência. Para tanto, além das alterações na organização e funcionamento do aparato estatal, com a inserção de procedimentos e regras “gerenciais”, a partir de padrões adotados na iniciativa privada, o Estado altera suas relações com a sociedade civil, com os entes subnacionais e com outros Estados-Nação, visando tornar-se mais pluricêntrico e permeável à participação na formulação e execução de políticas públicas (governança). A ordem passa a ser, a partir dos anos 1990, menos governo e mais governança (ROBERTSON e VERGER, 2012).

Na visão de Robertson e Verger (2012) as PPPs se encaixam em um projeto mais amplo de reconstituição da educação pública, dentro da construção de uma sociedade de mercado, pois governar sob esta lógica influi na constituição de tipos particulares de cidadãos.

Compreende-se que as mudanças no papel do Estado, com a adesão nacional aos princípios da NGP, e o incremento das PPPs, encaminham para a análise das “redes políticas”.

Para Ball (2014) as redes políticas são muito mais uma comunidade social, com elementos duráveis quanto fugazes, unidos por “reunificações”, um tipo particular de estilo de vida voltado às políticas. São novos agenciamentos políticos com uma gama diversificada de participantes, situados em um novo espaço político, que estão produzindo mudanças no pensamento e comportamento de governos nacionais por meio de trocas de normas, de ideias e de discursos que alteram as percepções sobre o que é público e sobre os problemas e soluções sociais e educacionais, com repercussões nas esferas subnacionais.

Desenvolvimento

Diante desse contexto, esta pesquisa busca, em sua primeira etapa, investigar quais as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que se apresentam como parceiras dos sistemas públicos (estaduais e municipais) de educação no Estado do RS na prestação de serviços, mapeando aquelas que de forma recorrente despontam no cenário local e, a partir desta identificação (segunda etapa), aprofundar o estudo sobre as redes políticas que estão se configurando e que influenciam nas decisões e ações educacionais.

Com o estudo se pretende problematizar as novas relações que se estabelecem entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, por meio da NGP; aprofundar a compreensão sobre redes de políticas, transferência de políticas e influências; apreender os princípios e intencionalidades das PPPs e, por fim, analisar as possíveis implicações das PPPs para a educação no Estado.

A pesquisa adota o método de “etnografia de rede”, a qual tem como pretensão realizar mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular, neste caso, das PPPs no Estado do RS. A etnografia de rede utiliza novas formas de comunicação virtual e eletrônica, oferecendo um acesso mais rico e mais amplo do que uso de dados terrestres (BALL, 2014).

Os instrumentos de pesquisa são os sites de entidades representativas dos Secretários de Educação (Municipais e Estaduais), dos Conselhos e Secretarias de Educação, vídeos promocionais, *Powerpoints*, páginas do *Facebook*, *blogs*. Os instrumentos serão analisados tendo como base a metodologia de análise de conteúdo, em que se pretende cotejar os instrumentos, verificar as incidências e construir categorias explicativas.

Para a busca das PPPs em educação nos municípios dos RS foi usado o mapeamento da Secretaria de Educação (SECUD/RS), que agrupa as 497 cidades do estado em 36 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs).

No mapeamento da primeira etapa da pesquisa foram identificadas cinco instituições com maior inserção nas CREs e presença nos municípios gaúchos, quais sejam: Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna - IAS, Federação Nacional das Associações do Banco do Brasil - FENABB, Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI e a Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA.

O Instituto Natura foi encontrado em 12 CREs e 62 cidades, por meio do programa “Trilhas”. O *site* evidencia o trabalho institucional em parceria com a Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo, dando mostras da articulação em rede. O Programa “Trilhas” é voltado a apoiar os professores que atuam com crianças de 4 a 6 anos, oferecendo-lhes um kit em que há cadernos de orientação ao professor e indicações literárias, jogos de linguagem e cartelas para atividades (INSTITUTO NATURA, 2017).

O Instituto Ayrton Senna apareceu em 20 cidades e 12 CREs, através de quatro diferentes projetos e ações educacionais: os Projetos de alfabetização “Se Liga” e “Acelera”, o “Comitê Gestor de Soluções educacionais” e o mais recente “Letramento em Programação Digital”. Atuante há 22 anos no Brasil com ações voltadas para a educação integral para jovens do ensino médio, alfabetização para a vida (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2017).

Nas informações do Programa “Letramento em Programação Digital” do IAS, foi possível identificar suas atividades dentro do Programa “AABB Comunidade” da FENABB. Este programa tem o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos estudantes de escolas públicas, a fim de favorecer a inclusão socioproductiva e ampliar a consciência cidadã (AABB COMUNIDADE, 2017).

A Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) introduziu-se nas escolas a partir dos programas “A União faz a vida”, e “Educação Financeira” em parceria com o Banco Central. O SICREDI é uma cooperativa de finalidade mercantil, nascida no Estado do RS, mas atualmente com abrangência nacional. (A UNIÃO FAZ A VIDA, 2017).

A Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) insere-se na educação a partir do programa “Verde é Vida”, desenvolvido nos estados do sul do país (RS, SC e PR). A instituição distribui mudas nativas, sendo que o programa “Verde é Vida” direciona-se à educação socioambiental por meio da preservação do ambiente, educação no meio rural, sustentabilidade, diversificação e valorização dos agricultores (AFUBRA, 2017).

Conclusão

Após o levantamento das parcerias firmadas entre as redes públicas do Estado do RS e entidades privadas, e a constatação daquelas que despontam com maior evidência pela abrangência geográfica e regiões educacionais, iniciou-se o estudo mais detido sobre cada uma das entidades, com o intuito de identificar seus objetivos, programas e parceiros que formam as redes políticas.

Até o momento foi possível identificar alguns parceiros do Instituto Ayrton Senna (IAS), e iniciou-se o aprofundamento programático e relacional. Identificou-se a parceria entre a IAS e a FENABB, mas é preciso verificar outras ramificações. Quanto as demais entidades destacadas, o estudo está em fase inicial, mas em todos se evidenciou a intenção em promover alguns princípios vinculados à lógica empresarial, direta ou indiretamente, quer seja pelo conteúdo do próprio programa, como é o caso do SICREDI, por meio da educação financeira, quer seja pela ênfase na lógica do reforço escolar e em conteúdos mínimos entendidos como necessários ao processo produtivo, como os casos do Instituto Natura, FENABB e do IAS. A Associação dos Fumicultores (AFUBRA) por sua vez, busca compensar os males provocados pelo fumo através de atividades de educação ambiental.

Em que pese esta pesquisa esteja em fase inicial, pelo levantamento da abrangência das PPPs no Estado do RS, pela inserção dos seus programas na gestão, currículo e práticas escolares, e pelas redes que cada entidade forma com outros parceiros privados, se pode inferir que os sentidos e princípios da educação pública estão sendo fortemente reorientados.

Referências

BALL, Stephen J. *Educação Global S.A.* Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. *Revista e-Curriculum (PUCSP)*, v. 13, p. 616-640, 2015.

_____. A nova gestão pública e as consultorias privadas: impactos na gestão de sistemas de ensino. *Relatório Pós-doc.* UFSC/SC, 2016.

NEWMAN, Janet, CLARKE, John. Gerencialismo. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes de políticas públicas e governança da educação: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. *Relatório de pesquisa*, Florianópolis, UFSC, 2016.